



# CNI estima alta de 2,3% no Produto Interno Bruto neste ano

## Lula sanciona leis para proteção de direitos das mulheres

Página 14

## Detran-SP quer ouvir jovens para a construção de um trânsito mais seguro

Página 2

### INSS: aposentado não precisa pedir exclusão de desconto indevido

Com a suspensão dos descontos automáticos para entidades da sociedade civil, a diretora de Orçamentos e Finanças e Logística do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Débora Floriano, assegurou que os aposentados e pensionistas não precisam mais entrar no aplicativo Meu INSS ou no site de mesmo nome para pedir a exclusão do convênio com a associação.

Segundo ela, os aposentados e pensionistas também não precisarão ir a agências do órgão ou ligar para o telefone 135 para suspender a retirada.

“Identificadas as fragilidades nos convênios com as associações, o processo será melhorado”, disse Floriano.

O governo suspendeu todos os descontos mensais feitos por associações e sindicatos na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS e garantiu que os descontos ilegais serão devolvidos. Segundo o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, a devolução dos valores descontados neste mês ocorrerá na próxima folha de pagamento.

Segundo Carvalho, nenhum aposentado ou pensionista do INSS será descontado até que as investigações da Operação Sem Desconto acabem e que o governo reorganize um novo marco legal para convênios entre o INSS e entidades da sociedade civil.

A Operação Sem Desconto, deflagrada na quarta-feira (23) pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, investiga um esquema de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões.

Estão sendo apuradas irregularidades cometidas por organizações da sociedade civil que cobravam, sem autorização de pensionistas, uma “mensalidade associativa”. Só entre 2019 e 2024, a movimentação total ficou em cerca de R\$ 6,3 bilhões. (Agência Brasil)

### Investimento produtivo cresce 6,9% em 2024, mostra indicador do Ipea



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Página 3

### Petrobras abastece navio da Vale com mistura de óleo de cozinha usado

Página 13

### Exportação de frutas cresceu 26% no primeiro trimestre de 2025

Página 3

### Avanços legais ainda contrastam com exploração do trabalho doméstico

Página 14

## Esporte

# Ford na Fórmula 1: o novo capítulo de uma história vitoriosa

A Ford dominou as pistas da Fórmula 1 do final dos anos 60 até o começo da década de 80, com um total de 174 vitórias em Grandes Prêmios, 10 títulos de construtores e 13 campeonatos de pilotos. Apesar de ter deixado a categoria em 2004, continua a ser até hoje a terceira fabricante de motores mais vitoriosa da sua história, atrás apenas da Mercedes e da Ferrari.

Com seu anunciado retorno à Fórmula 1 em 2026, a marca inaugura um novo capítulo nessa jornada. Seguindo o novo regulamento da FIA que introduz o uso de combustíveis sustentáveis e eletrificação, o seu objetivo é usar o circuito como laboratório e vitrine para tecnologias de nova geração.

A Ford Performance, divisão de carros de alto desempenho e competição da marca, atualmente desenvolve em parceria com a Red Bull peças

complexas que vão equipar a unidade de potência do novo F1, incluindo o motor a combustão e o sistema híbrido.

O legado de vitórias da Ford na competição inclui grandes pilotos, como Jim Clark, Graham Hill, Jackie Stewart, Carlos Reutemann, Keke Rosberg, Michael Schumacher e os brasileiros Emerson Fittipaldi, Nelson Piquet e Ayrton Senna.

A ligação de Ayrton Senna com a Ford vem desde o início da carreira. Sua primeira corrida no automobilismo foi na Fórmula Ford em 1981, quando conquistou o título da categoria, e no ano seguinte avançou para a Fórmula Ford 2000. Ele depois quebrou recordes nos campeonatos britânico e europeu, incluindo nove vitórias consecutivas, feito inigualável que atraiu a atenção das grandes equipes.

Já na Fórmula 1, Senna fez história com a McLaren MP4/8 equipada com motor Ford Cosworth



A Ford é a terceira fabricante de motores com mais vitórias na história da Fórmula 1, mesmo após 20 anos fora da competição

V8 de 720 cv, ganhando cinco Grandes Prêmios na temporada de 1993 (Brasil, Europa, Mônaco, Japão e Austrália). Com esse carro, Senna realizou no GP da Europa o que viria a ser considerada a melhor primeira volta da história da categoria, ultrapassando quatro adversários (Schumacher,

Wendlinger, Hill e Prost).

Senna conquistou outras marcas importantes com a McLaren MP4/8: o recorde de vitórias no GP de Mônaco (6), superando Graham Hill; sua vitória número 40 na Fórmula 1 (GP do Japão); e sua última vitória na carreira, em 1993, no GP da Austrália (foto),

dando a ele e à McLaren o vice-campeonato mundial de pilotos e de construtores.

A Ford estreou na Fórmula 1 com o lendário motor DFV, desenvolvido em parceria com a Cosworth Racing, que foi apresentado em abril de 1967. Apenas dois meses depois, ele estreou com vitória no Grande Prêmio da Holanda com a Lotus Ford de Jim Clark. O DFV tornou-se o motor de corrida de F1 de maior sucesso de todos os tempos, conquistando 155 vitórias de 1967 até sua última corrida em 1983, quando Keke Rosberg venceu o Grande Prêmio de Mônaco, pouco antes do início da era dos motores turbo.

Após a aposentadoria do DFV, a Ford continuou a competir com motores turbo e aspirados naturalmente, culminando com o Ford Zetec R V8, que impulsionou Michael Schumacher no seu primeiro título mundial de F1 em 1994.

# Miguel Silva quer ampliar liderança na Rotax Junior Max

Líder da Copa São Paulo Bradesco de Kart na Rotax Junior Max, o paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) disputará neste sábado (26) no Kartódromo Granja Viana (Cotia/SP) a terceira rodada tripla da modalidade, com a expectativa de subir no pódio pela sétima vez consecutiva nesta temporada, e ainda ampliar a liderança na categoria internacional.

“Estamos em excelente fase no kartismo e com equipamento muito bem ajustado pela Dai Motorsport. Então, estou com a expectativa de bons resultados, para me manter na ponta do campeonato e continuar na luta pela vaga para a disputa do Mundial de Rotax”, exalta ‘Miguelito’. Depois de duas etapas ele soma 224 pontos, nove de vantagem sobre Francisco Rocha.

O objetivo de Miguel Silva é

representar o Brasil no Rotax Max Challenge Grand Finals 2025, entre 29/11 e 6/12, em Sakhir, no Bahrein. Para isto, ele terá que acumular o máximo de pontos nas oito etapas da Copa São Paulo Bradesco de Kart, para ser contemplado com gratuidade em inscrição, chassi, pneus, motor, combustível, maccão e caixa de ferramentas.

Depois de estreiar no campeonato com uma terceira posição, na segunda rodada tripla Miguel Sil-

va beirou a perfeição, largando da pole position e vencendo as três baterias, para assumir o primeiro posto na tabela de pontuação.

“Já estamos treinando para este novo traçado e a expectativa é andar entre os três primeiros. Vamos para o KGV com força total, para tentar o sétimo pódio do ano, e se for com vitória será ótimo. O mais importante para o campeonato é pontuar bem em todas as etapas”, com-

pletou Odair Brito, chefe da equipe Dai Motorsport.

Os dez primeiros da Rotax Júnior Max depois da segunda etapa são: 1) Miguel Silva, 224 pontos; 2) Francisco Rocha, 215; 3) Edward Kirst, 211; 4) Dudu Salamonde, 208; 5) Felipe Rabello, 195; 6) Henrique Werner, 182; 7) Felipe Lancelotti, 167; 8) Daniel Rebouças, 163; 9) Felipe Zucchini, 163; 10) Luiz Alves, 147.

<b>DÓLAR</b>
Comercial
Compra: 5,68
Venda: 5,68
Turismo
Compra: 5,72
Venda: 5,90
<b>EURO</b>
Compra: 6,47
Venda: 6,47

# Detran-SP quer ouvir jovens para a construção de um trânsito mais seguro

O Detran-SP, em parceria com o Unicef e a Iniciativa Bloomberg para Segurança Viária Global, lançou uma página interativa em seu portal para engajar jovens entre 15 e 24 anos na construção de um trânsito mais seguro. A iniciativa busca coletar experiências, opiniões e desafios enfrentados por esse público, além de disseminar informações sobre segurança viária.

A página traz uma consulta online, com um questionário acessível, permitindo que jovens de todas as regiões do estado compartilhem suas vivências e percepções sobre o trânsito. As informações coletadas vão embasar ações e políticas voltadas à proteção da vida e segurança dos

jovens nas ruas e rodovias de São Paulo.

## O Impacto do Trânsito na Juventude

No estado de São Paulo, mais de 5 mil pessoas perdem a vida todos os anos em sinistros de trânsito. Dessas, 20% têm entre 15 e 24 anos, o que equivale a uma morte a cada 8 horas de jovens nessa faixa etária. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o trânsito é a principal causa de morte de crianças e jovens de 5 a 29 anos em todo o mundo. O Detran-SP busca mudar essa realidade colocando os jovens no centro das discussões para garantir que suas vozes sejam consideradas no desenvol-

vimento de políticas públicas para salvar vidas no trânsito.

“A plataforma interativa permite que os jovens compartilhem experiências e opiniões, por meio de uma consulta online, para que possamos entender melhor os desafios que enfrentam no trânsito e garantir que suas vozes influenciem o desenvolvimento de políticas de segurança viária mais eficazes”, explica Roberta Mantovani, Diretora de Segurança Viária do Detran-SP.

Em paralelo, oficinas presen-

ciais foram realizadas em cidades paulistas onde a mortalidade de jovens é mais acentuada. Entre novembro e dezembro de 2024, as cidades de Santo André, Campinas, São Carlos e Mogi Mirim receberam atividades que trouxeram contribuições importantes para subsidiar as ações de segurança viária no estado. Por meio de dinâmicas participativas e interativas, foi possível captar hábitos, percepções e propostas concretas diretamente relacionadas ao tema.

Os encontros permitiram a troca de experiências entre participantes de diferentes realidades e reforçaram a importância da colaboração civil na construção de um trânsito mais seguro. “As oficinas foram organizadas para incentivar a troca de experiências e estimular a participação ativa dos jovens. Aplicamos dinâmicas que valorizam o conhecimento prévio de cada um e promovem reflexões sobre segurança viária”, destaca Rafaella Basile, coordenadora de Mobilidade e Ruas

Seguras da Iniciativa Bloomberg para Segurança Viária Global.

A consulta online já está disponível no portal do Detran-SP e permanecerá aberta até 31 de maio, quando se encerra a campanha do Maio Amarelo. Jovens entre 15 e 24 anos de todo o estado podem acessar a página e contribuir com suas experiências e sugestões. A iniciativa visa fortalecer as políticas de segurança viária e proteger aqueles que mais perdem a vida no trânsito. (Governo de SP)

## Parceria entre Governo e Prefeitura dará indenização a comerciantes da Favela do Moinho

Na quinta-feira (24), a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), anunciaram que comerciantes da Favela do Moinho poderão ser indenizados.

Com a iniciativa, 38 comerciantes mapeados no cadastro feito pela CDHU no território serão contemplados. O reassentamento da comunidade é uma ação para levar dignidade e segurança a essa população, que vive sob risco elevado e em condições insalubres.

A Prefeitura, com a Lei Municipal de nº 17.777, de 19 de abril de 2022, atenderá com indenização as construções não residenciais existentes no local. Tal lei autoriza o executivo municipal a indenizar proprietários de prédios não residenciais, como os comércios, em caso de localização em área de risco.

O governador em exercício, Felício Ramuth, agradeceu a parceria do poder público municipal nesta ação específica que auxiliará famílias que possuem no comércio local da favela sua geração de renda. “Temos mais essa ajuda do município nessa operação na região central. Iniciam-se, a partir de amanhã, as negociações individuais do estado e município para receber esses comerciantes que já estão todos cadastrados”.

Marcelo Branco, secretário da SDUH, reforçou a importân-

cia de ações conjuntas para garantir o atendimento aos moradores do local, que é de extremo risco para a saúde e segurança dessas pessoas. “Essa comunidade está entre trilhos, e existem pessoas cruzando esses trilhos para lá e para cá. Há escorpiões e casas mal construídas. Estamos falando de uma área onde a insalubridade está presente, e não faz parte da política habitacional do Governo do Estado permitir que as pessoas vivam nessa condição inadequada”, explicou.

Ricardo Mello Araújo, prefeito em exercício da cidade de São Paulo, ressaltou: “Essa favela é um lugar inóspito, em área de risco, e nós queremos o bem-estar dessas pessoas. Nós vamos ser parceiros do Estado, como já estamos sendo em todas as situações possíveis”, disse.

Essa ação faz parte de uma união de esforços das gestões estadual e municipal para prover moradias dignas e seguras às famílias que hoje se encontram no local, que é de alto risco. A oferta de moradia, feita pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), já conta com a adesão de 721 famílias, de um total de 821, o que representa 87%. De terça (22) até quinta-feira (24), foram realizadas mudanças de 33 famílias que moravam na Favela do Moinho.

Das 726 famílias que já aderiram ao reassentamento, 573 estão habilitadas, ou seja, já estão

aptas a assinar contratos e receber as chaves assim que as unidades estiverem prontas. Até agora, 512 já escolheram o imóvel de destino para atendimento final, mesmo número que já iniciou o processo para recebimento de auxílio moradia. Os trabalhos continuarão, nos próximos dias, para realizar as mudanças agendadas com as famílias que já solicitaram o transporte para os novos endereços.

Para o reassentamento das famílias, há duas modalidades prioritárias: a Carta de Crédito Associativa (CCA) e a Carta de Crédito Individual. Pelo CCA, o Estado fez um chamamento público ao mercado para receber propostas de unidades que já tenham ao menos as licenças emitidas, estando prontas para iniciar as obras a partir do aporte de recursos. Os empreendimentos podem, também, estar em obras ou, até mesmo, já concluídos. A modalidade acelera o ciclo de produção habitacional, pois já estão vencidas as etapas de obtenção de licenças e alvarás, além da elaboração de projetos.

Pela Carta de Crédito Individual, os cidadãos podem buscar unidades e apresentar para a CDHU, que fará uma avaliação de valor de mercado para seguir com a contratação. Nas duas modalidades, o valor limite é de R\$ 250 mil para unidades na região central e R\$ 200 mil para outros

bairros, com possibilidade também de escolha, pelos moradores do moinho, de escolher moradias em qualquer outra cidade do Estado.

Foi apresentada uma lista com 25 empreendimentos para as famílias. A CDHU ofertou moradias suficientes para todos que desejam permanecer no centro, pois há 1.047 unidades na região, nos bairros Campos Elíseos, Vila Buarque, Brás e Barra Funda. Até o momento, 249 famílias optaram por esses apartamentos. Outras 499 unidades estão em bairros de diferentes regiões da cidade, para onde 118 famílias escolheram seus imóveis. Há, ainda, 119 famílias que vão indicar unidades para obtenção de carta de crédito.

O financiamento obedece à legislação que rege a política habitacional do Estado. As parcelas mensais são de 20% da renda familiar, sem incidência de juros para aquelas com ganhos de até cinco salários-mínimos. Para quem recebe um salário-mínimo, o subsídio do Estado chega próximo de 70% do valor total do valor do imóvel.

Famílias cujas unidades definitivas ainda não estão prontas receberão auxílio mudança, no valor de R\$ 2,4 mil, e auxílio moradia de R\$ 800 a partir do segundo mês. Os valores serão divididos igualmente entre Estado e Prefeitura de São Paulo. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Histórias : José Anchieta, um dos fundadores da hoje megacidade, foi canonizado [tornado santo em 2014] pelo papa Bergoglio [agora falecido]. A sede do parlamento leva o nome do padre jesuíta. São Paulo tornou-se a maior e mais importante cidade brasileira

### PREFEITURA (São Paulo)

Histórias : o prefeito [reeleito em 2024] Ricardo Nunes (MDB) tá sendo bem recebido pela China e será pelo Japão. Ele busca investimentos em ônibus elétricos e tecnologias. Aqui, o vice Mello Araujo (PL) faz um rápido ‘mestrado’, por ter sido ‘prefeito’ na Ceagesp

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias : vai longe [no início e meados do Século 20] o fato de que cristãos apostólicos romanos dominavam alguns partidos no maior e mais importante parlamento estadual brasileiro e latino-americano. Desde 1990, padres foram trocados por pastores [protestantes]

### GOVERNO (São Paulo)

Histórias : o cristão católico Tarcísio Freitas (Republicanos) vai seguir em campanha pela reeleição em 2026, assim como o presidente Lula (dono do PT). Quanto a morte do papa Bergoglio, o governador lamenta muito, mas não abre mão dos votos dos protestantes

### CONGRESSO (Brasil)

Histórias : judeu [de família marroquina] e presidente do Senado, David Alcolubre (União) fez questão de ir ao funeral do papa Bergoglio, em Roma [Vaticano]. Já o cristão Hugo Motta, presidente da Câmara Federal, foi pra negociar como inviabilizar anistia pra 08.01.2023

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias : fervoroso católico [desde governador SP ... pelo PSDB], o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) não deixaria jamais de ir ao funeral do papa Bergoglio, em Roma [Vaticano]. É queridíssimo pelo alto clero brasileiro. Vai pintar junto com o presidente Lula (dono do PT)

### PARTIDOS (Brasil)

Histórias : enquanto a deputada (SP) Renata Abreu (herdeira do PTN e dona do Podemos) pode engolir o PSDB, Carlos Lupi (dono do que restou do PDT Brizolista) pode ser varrido [como foi no governo Dilma] do 3º governo Lula por causa das corrupções [INSS com sindicatos]

### JUSTIÇAS (Brasil)

Histórias : ministro Luís Roberto Barroso [presidindo o Supremo] fez questão de ir ao funeral do papa Bergoglio [no Vaticano em Roma]. Acontece que o eterno advogado é neto de judeus gregos, cuja família veio pra América do Sul [Montevideo ... Uruguai] e depois pro Brasil

### ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

**A PALAVRA** - “Exaltem-no na congregação do povo e glorifiquem-no na assembleia dos anciãos!” **Salmos 107:32**

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
Angelo Augusto D.A. Oliveira  
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**  
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

**Assinatura on-line**  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal**  
**Atas, Balanços e Convocações**  
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade:** Diária  
**Exemplar do dia:** R\$ 3,50  
**Impressão:** Gráfica Pana

## Governo de SP deposita bônus para 160 mil professores e servidores

ouro ou a meta diamante.

### Melhor Saresp da década

O aumento do valor e do número de servidores beneficiados é resultado direto da melhora dos resultados educacionais. Após uma década, todos os anos e séries avaliados no Saresp avançaram nas médias em língua portuguesa e matemática. Destaque para o 2º ano do Ensino Fundamental com crescimento de 45,3% em matemática e 28% em língua portuguesa na comparação com a prova de 2023.

“Até a última edição, o bônus era definido pelo rendimento apenas das provas de língua portuguesa e matemática das séries finais dos ciclos – 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Com a mudança, pudemos reconhecer e distribuir com mais equidade o papel de cada professor e profissional na aprendizagem e avan-

ços de nossos estudantes”, explica o secretário da Educação, Renato Feder.

### Como é realizado o cálculo

O cálculo é feito com base nas notas dos estudantes de todas as séries e disciplinas avaliadas no Saresp do Ensino Fundamental e Médio e nas metas por escola. São computadas a evolução na aprendizagem, a frequência do aluno e a participação dos estudantes no Saresp e Provão Paulista Seriado.

Para professores regentes de disciplinas avaliadas, a apuração dos resultados é proporcional à carga horária e o pagamento é feito a partir de resultados individuais. Para aqueles que atribuem em mais de uma escola ou, ao mesmo tempo, em disciplinas avaliadas e não-avaliadas (tais como matemática e educação financeira), a composição do benefício é a ponderação entre a

meta escola e a meta disciplina.

Já as metas por unidade de ensino servem de baliza para estipular o valor a ser pago a docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e de disciplinas que não estão no Saresp e Provão Paulista Seriado (tais como Educação Física, eletivas e itinerários do Ensino Médio), além de gestores e profissionais do quadro de apoio e projetos.

Escolas e professores que alcançarem 100% da meta serão bonificadas na classificação “diamante”, com uma bonificação de dois salários. Já no índice “ouro”, de 50%, o bônus é de um salário. Para garantir a igualdade de acesso ao bônus, e considerando as disparidades na rede, as metas foram ajustadas a cada escola e disciplina a partir de fatores como ciclo, vulnerabilidade e quantidade de estudantes matriculados por unidade. (Governo de SP)

## Governo avança em obras do Trecho Norte do Rodoanel

O governador em exercício, Felício Ramuth, visitou na quinta-feira (24) as obras do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas (SP-021), retomadas na atual gestão após seis anos paralisadas.

Com 44 quilômetros de extensão, o trecho vai conectar a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, em São Paulo, à Rodovia Presidente Dutra (BR-116), passando pelos municípios de Arujá, Guarulhos e São Paulo, melhorando a infraestrutura viária e logística na Região Metropolitana.

“Esta é uma obra de grande complexidade por sua grandiosidade e magnitude. Entre os benefícios esperados já com a entrega da primeira etapa, que será concluída até o fim do ano, estão

os 25 mil veículos, principalmente pesados, que deixarão as marginais e passarão a utilizar essa alternativa para se deslocar pelas principais rodovias. Com a finalização, prevista para 2026, esse número de veículos deve dobrar”, destacou Felício Ramuth.

A visita contou com a presença do secretário-executivo da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), Diego Domingues, e do diretor-presidente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), André Isper. Também acompanharam o ato representantes nos municipais e gestores da concessionária Via SP Serra, responsável pela construção do Trecho Norte.

Durante a visita, o governa-

dor em exercício acompanhou o avanço em três frentes do Trecho 1, entre as Rodovias Presidente Dutra (BR-116) e Fernão Dias (BR-381), que concentram os maiores avanços de trabalho. As obras incluem pavimentação, construção de pontes e viadutos, escavação de um túnel e conexões com as rodovias federais.

O trecho Norte do Rodoanel foi concedido em março de 2023, com contrato assinado em agosto do mesmo ano. Após seis anos de paralisação, as obras foram retomadas em abril de 2024, com antecipação de seis meses do prazo estipulado em contrato. Desde a retomada, a concessionária Via SP Serra concluiu ações

que visam assegurar a qualidade e a durabilidade da obra, entregando um rodoanel moderno e eficiente para a população.

Com um investimento total de R\$ 3,4 bilhões, o projeto conta com mais de 4,5 mil trabalhadores mobilizados – a previsão é que mais de 10 mil empregos diretos e indiretos sejam gerados pelas obras. São realizados serviços como terraplanagem, pavimentação e desmonte de rochas.

A conclusão das intervenções proporcionará a redução de congestionamentos, bem como a retirada do tráfego de veículos pesados nas marginais e a redução do tempo de viagem, além de facilitar o acesso ao Porto de Santos. (Governo de SP)

# CNI estima alta de 2,3% no Produto Interno Bruto neste ano

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta um crescimento de 2,3% para o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, para este ano. A estimativa é inferior à alta de 2,4% projetada no fim do ano passado, para este ano.

“Reduzimos um pouco a projeção de crescimento do país para este ano, porque a desaceleração da economia está sendo mais forte do que a CNI esperava, e porque o Banco Central dá sinais de que vai elevar ainda mais a taxa Selic”, avalia o dire-

tor de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles.

A CNI destaca que, caso se confirme, o desempenho do PIB será o menor em cinco anos e representará um recuo de 1,1 ponto percentual em relação ao crescimento da economia brasileira em 2024 (3,4%).

Segundo a estimativa da confederação, o PIB da indústria, por exemplo, deverá crescer em 2% e do setor de serviços, 1,8%. Ambos os setores terão, caso seja confirmada a projeção, recuo em suas taxas de crescimento, já que em 2024, tiveram

altas de 3,3% e 3,7%, respectivamente.

“A economia brasileira dá claros sinais de desaceleração e eles vêm do último trimestre de 2024. O PIB, no último trimestre do ano passado, cresceu apenas 0,2%, um crescimento muito abaixo do que a gente tinha visto nos outros trimestres. Há um desaquecimento geral da economia”, explica Telles.

A CNI prevê um menor ritmo de expansão da demanda, que causará impactos tanto na indústria quanto nos serviços.

A indústria de transformação

deve crescer 1,9% este ano, segundo a CNI, metade dos 3,8% de 2024. A construção também deve ter perda no ritmo de crescimento, passando dos 4,3% de 2024 para 2,2%, neste ano.

Por outro lado, espera-se um desempenho melhor para a indústria extrativa este ano, com um crescimento projetado de 1%, acima do 0,5% do ano passado. O mesmo deverá ocorrer com a agropecuária que tem crescimento estimado de 5,5% neste ano, um resultado bem melhor do que o do ano passado, quando o setor apresentou queda de

3,2%.

A estimativa da CNI é que a taxa de juros real encerre 2025 com uma taxa de 9,8% ao ano, mais do que os 7% de 2024. Também é previsto um crescimento real de 6,5% das concessões totais de crédito, abaixo dos 10,6% apurados no ano passado.

As despesas do governo devem fechar o ano com crescimento real de 2%, segundo projeções da CNI, também abaixo de 2024 (3,7%). O consumo das famílias deverá ter aumento de 2,2%, menos da metade do ano passado (4,8%).

Esperam-se ainda expansões menos intensas do que no ano passado do contingente de pessoas ocupadas no mercado de trabalho (de 2,8% em 2024 para 0,5% neste ano) e da massa salarial (de 7,6% em 2024 para 4,8% neste ano).

São projetadas reduções no ritmo de crescimento dos investimentos no país (dos 7,3% de 2024 para uma previsão de 2,8% neste ano) e da demanda externa. O cenário externo, segundo a CNI, sentirá os impactos da nova política comercial dos Estados Unidos. (Agência Brasil)

## Petrobras avança em acordo para reassumir fábricas de fertilizantes

A Petrobras confirmou que autorizou acordo para reassumir a posse e a produção de duas fábricas de fertilizantes, na Bahia e em Sergipe, que estão paradas desde 2023. As duas unidades estão arrendadas à iniciativa privada desde 2020.

A confirmação da estatal foi feita por meio de comunicado ao mercado referente a uma consulta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre notícia divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo, no último sábado (19). A CVM é uma autarquia ligada ao Ministério da Fazenda e tem, entre outras funções, fiscalizar o mercado de valores, protegendo os investidores.

Na resposta, a Petrobras informa que o Conselho de Administração da companhia autori-

zou celebração de acordo para encerrar “controvérsias contratuais e litígios” com a Proquiigel, restabelecer a posse e retomar as atividades nas fábricas de fertilizantes de Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE).

A Proquiigel é uma subsidiária da Unigel, uma das maiores empresas químicas do país, que tem fábrica também no México.

Segundo a Petrobras, o acordo tem o objetivo de “alcançar uma solução definitiva, rentável e viável para o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro”.

O comunicado afirma que o acordo precisa ainda de aprovação da Proquiigel. Após isso, continua a estatal, será realizada uma licitação para contratação de serviços de operação e manutenção das duas fábricas.

O Conselho de Administração condicionou ainda o negócio ao cumprimento de condições precedentes, não detalhadas no comunicado ao mercado. Concretizado o negócio, ambas empresas abrirão mão de disputas contratuais em Tribunal Arbitral (forma alternativa de resolução de conflitos, que resolve disputas por meio de arbitragem, utilizando árbitros em vez de juízes).

As duas fábricas foram arrendadas pela estatal em 2019, mas estão paradas desde 2023 por causa de dificuldades financeiras. A busca pelo acordo de retomada segue, segundo a Petrobras, o plano de negócios da companhia, que prevê “capturar valor com a produção e a comercialização de produtos nitrogenados, conciliando com a cadeia de

produção de óleo e gás natural e a transição energética”.

Os fertilizantes nitrogenados, como ureia, são bastante usados por produtores agrícolas. Para a produção dos fertilizantes, é preciso matéria-prima resultante do gás natural, produzido pela Petrobras.

O Brasil é um dos principais consumidores de fertilizantes do mundo e importa cerca de 80% do volume que utiliza. Na primeira entrevista após assumir o cargo, em maio de 2024, a presidente da Petrobras, Magda Chambrind, manifestou o interesse da estatal em investir na produção doméstica do insumo agrícola.

Em agosto do ano passado, a Petrobras reativou a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), no Paraná, em

cerimônia que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A unidade estava fechada desde 2020.

A fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-Se) tem capacidade instalada de produção de 1,8 mil toneladas de ureia por dia e pode comercializar amônia, gás carbônico e sulfato de amônio. A Fafen-BA possui capacidade instalada de produção de ureia de 1,3 mil toneladas por dia, e pode comercializar amônia, gás carbônico e agente redutor líquido automotivo (Arla 32).

A Federação Única dos Trabalhadores (FUP), que representa sindicatos ligados à Petrobras, emitiu nesta quinta-feira (24) nota em que comemora a aprovação do Conselho de Administração. “Será consolidada a volta da

Petrobras ao setor de fertilizantes, contribuindo para o abastecimento interno do insumo”, registra a entidade, que afirma ter participado de um grupo de trabalho (GT) sobre fertilizantes na empresa.

“Serão criados cerca de 2,4 mil empregos diretos e indiretos nas duas fábricas”, estima a FUP, que acredita que as operações podem ser retomadas a partir de outubro.

Os petroleiros apontam também relação entre a interrupção da produção das duas fábricas e a necessidade de importação de fertilizantes do Leste Europeu (onde acontece a invasão da Ucrânia pela Rússia) com o preço de alimentos. A Rússia é um dos principais exportadores para o Brasil. (Agência Brasil)

## Descontos do INSS para associações estão suspensos, diz CGU

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não terão mais descontos automáticos para entidades da sociedade civil, mesmo que tenham autorizado a retirada, disse na quinta-feira (24) o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho. Segundo ele, a devolução dos valores descontados neste mês ocorrerá na próxima folha de pagamento.

“Os recursos descontados dos aposentados que iriam para as associações em maio já não vão para as associações. Esses recursos vão ser retidos e, na próxima folha de pagamento, serão restituídos aos aposentados. Então, já dá para dizer, com muita clareza, que, a partir de agora, nenhum aposentado será descontado da sua folha de pagamento”, disse Carvalho em entre-

vista coletiva convocada de última hora no Palácio do Planalto.

Na quarta-feira (23), o governo havia suspenso todos os convênios com as entidades – associações, sindicatos e confederações – que descontavam automaticamente parte dos benefícios do INSS para financiar serviços. No entanto, não estava claro o que aconteceria com os valores descontados dos benefícios de maio, que estão sendo pagos a partir da quinta-feira (24) até 8 de maio.

Segundo Carvalho, nenhum aposentado ou pensionista do INSS será descontado até que as investigações da Operação Sem Desconto acabem e que o governo reorganize um novo marco legal para convênios entre o INSS e entidades da sociedade civil.

“Só depois desse trabalho que vai ser feito, nós teremos uma

reorganização disso. E aí sim, aqueles que livremente quiserem se associar e porque entendem que vale a pena para eles, as entidades, que, com certeza, também vão passar por uma avaliação e vão ser consideradas entidades probas, sérias, que merecem a confiança desses aposentados. Aí sim, eles vão ter os descontos que eles pactuarem com as próprias entidades”, declarou o ministro da CGU.

Entre 2019 e 2024, essas entidades descontaram R\$ 6,3 bilhões de cerca de 6 milhões de segurados do INSS, mas a parcela desse montante que decorre de descontos ilegais não foi divulgada. O valor será levantado por um grupo de trabalho a ser montado.

Por meio de convênios com o INSS, o segurado podia ter descontada uma mensalidade por entidades que representam aposen-

tados e pensionistas em troca de benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos; colônias de férias, academia e consultoria jurídica. No entanto, havia queixas de retiradas não autorizadas. Segundo a PF e a CGU, o esquema começou em 2016, intensificou-se em 2019 e ganhou força em 2022, quando uma instrução normativa simplificou o fechamento de convênios.

A diretora de Orçamentos e Finanças e Logística do INSS, Débora Floriano, ressaltou que, com a suspensão dos descontos, os aposentados e pensionistas não precisam mais entrar no aplicativo Meu INSS ou no site de mesmo nome para pedir a exclusão do convênio com a associação. Segundo ela, os aposentados e pensionistas também não precisarão ir a agências do órgão ou ligar para o telefone 135 para

suspender a retirada. “Identificadas as fragilidades [nos convênios com as associações], o processo será melhorado”, disse Floriano.

Quando ao ressarcimento dos valores indevidamente descontados, Carvalho informou que não pode dar prazo, porque o governo precisa passar um pente-fino em todos os descontos, o que dependerá do levantamento a ser executado por um grupo de trabalho a ser montado.

“Não tem como dar prazo para quando aposentados descontados ilegalmente serão restituídos. Aqueles aposentados que tiveram ilegalmente os descontos, nós, governo federal, vamos garantir a restituição”, declarou o ministro da CGU. Débora Floriano ressaltou que, dos 6 milhões de segurados que têm valores descontados, nem todos são ir-

regulares e reiterou que as retiradas indevidas serão ressarcidas. “Não conseguimos precisar quais descontos são irregulares. A ação de ressarcimento faz parte de um plano que será apresentado oportunamente”, explicou a diretora do INSS.

Em vídeo nas redes sociais, o advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que os trabalhos do órgão se concentrarão em duas frentes: colaboração com o INSS para eliminar as fragilidades nos convênios e assegurar o ressarcimento dos valores com comprovação de descontos indevidos.

“Toda vítima que foi identificada, tendo prejuízo apurado e comprovado, nós vamos estar ao lado das vítimas para que, de fato, os recursos dessa fraude bilionária sejam ressarcidos”, disse Messias. (Agência Brasil)

## Exportação de frutas cresceu 26% no primeiro trimestre de 2025

O volume de exportação de frutas do país no primeiro trimestre deste ano cresceu 26% em relação ao mesmo período de 2024, informou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo o 4º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado na quinta-feira (24), no período de janeiro a março foram exportadas 301 mil toneladas de frutas. O faturamento foi US\$ 311 milhões, aumento de 7% em relação ao primeiro trimestre de 2024 e de 23% em relação ao mesmo período de 2023.

Os principais estados exportadores foram o Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo e Pernambuco, e os principais compradores: Países Baixos, Reino Unido e Espanha, e as frutas mais exportadas foram melões, melancias, limões e limas, mangas e bananas. “O ano foi iniciado de forma bastante promissora, com boas vendas para a Europa e Ásia.

Faturamento e volume acima dos anos anteriores. Além de comercialização destacada para as melancias potiguaras e, principalmente, para os melões, mas também de limões e limas”, informou a Conab.

As vendas externas da banana no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 15,7 mil toneladas, 131,2% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já a melancia apresentou um aumento de 90% em relação ao primeiro trimestre de 2024, com um volume exportado de 53 mil toneladas e faturamento no trimestre de US\$ 32,1 milhões; 91% maior em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

As vendas externas de maçã registraram 2,57 mil toneladas, no primeiro trimestre de 2025. O resultado é 85,6% maior que o registrado em relação ao mesmo período anterior. O faturamento trimestral foi US\$ 2,8 milhões, 93,6% acima na compara-

ção com o mesmo período do ano passado.

As maçãs miúdas foram a principal categoria dessas frutas comercializadas, devido a serem bastante procuradas principalmente por países asiáticos

No caso do mamão, as exportações no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 13,36 mil toneladas, crescimento de 28,2% em relação ao mesmo período de 2024. Já o faturamento foi US\$ 17,1 milhões, alta de 31%.

O boletim mostra que as vendas externas de laranja no primeiro trimestre de 2025 tiveram um volume de 125,7 toneladas, 52% inferior em relação ao mesmo período de 2024. Além disso, o compilado no mês corrente foi menor 68% na comparação com março do ano passado 2024.

Já as importações das frutas comercializadas pelas Ceasas analisadas nesse boletim foram de 1,15 mil toneladas, alta de 9,5% no que diz respeito a

fevereiro de 2025.

Em relação ao suco de laranja, as exportações brasileiras registraram 528,7 mil toneladas, queda de 22,8% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Já o mês corrente em análise teve queda de 33,2% em face de março de 2024 e alta de 22,4% em relação a fevereiro de 2025.

A Conab estima, para os próximos meses, um cenário de continuidade de envios mais baixos, pois a demanda internacional, europeia e americana, esteve mais contida por causa dos preços do suco ainda elevados e a oferta para moagem menor por causa da baixa produção no cinturão citrícola, além da piora na qualidade das frutas.

“No entanto, se as elevadas tarifas do governo Trump para o suco de laranja do México seguirem adiante, os produtores poderão aproveitar essa janela de oportunidade para aumentarem seus embarques para os EUA”, indica o boletim. (Agência Brasil)

## Investimento produtivo cresce 6,9% em 2024, mostra indicador do Ipea

A formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia brasileira cresceu 6,9% em 2024, se comparada com o ano anterior, apurou e divulgou a quarta-feira (23) o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O indicador representa o volume de investimentos direcionados para ativos produtivos, como máquinas e equipamentos.

O desempenho de 2024 é o melhor desde 2021, quando a FBCF apresentou ampliação de 19,03% sobre o ano de 2020, o mais impactado pela pandemia de covid-19.

Para chegar a esse número, o Ipea busca informações sobre investimentos em máquinas, equipamentos e obras produtivas em todo o país. Em 2023, o resultado anual representou uma queda de 2,65% em relação a 2022.

O Indicador Ipea de Investimento Líquido e Estoque de Capital é apurado mês a mês. Em dezembro de 2024, os inves-

timentos apresentaram evolução de 1,5% ante dezembro do ano anterior, maior resultado desde 2014. Em 2023, o aumento havia sido de 0,6%.

O Ipea contextualiza que o resultado positivo de dezembro de 2024 apresenta ritmo de crescimento inferior ao observado nas fases de maior dinamismo da década de 2000, quando a taxa chegou a 3,6% no pico em 2011.

O documento elaborado pelos pesquisadores Marco Cavalcanti, Bruno Cordeiro e Felipe Cornelio nota que no ciclo de 2020 a 2024, os quatro primeiros anos (até 2023) o estoque de investimentos foi puxado pela construção, enquanto o setor de máquinas e equipamentos apresentava recuo. Já em 2024, a evolução dos investimentos contou com contribuição relevante de todas as categorias, mas especialmente do setor de máquinas e equipamentos. (Agência Brasil)



DISTRITO ANHEMBI

SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - Em milhares de reais. Table with columns for Ativo, Circulante, Não circulante, and Passivo, Circulante, Não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Informações gerais: A SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia") foi constituída em 12.04.2021, com o propósito específico de realizar a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do Distrito Anhembi por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio...

Table with columns: Norma, Descrição da alteração, Correlação IASB, Data de vigência. Lists accounting standards like CPC 03 (R2) and CPC 40 (R1).

As normas contábeis que entraram em vigor em 1º/01/2024 não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Table with columns: Norma, Descrição da alteração, Correlação IASB, Data de vigência.

2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB")...

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

2.3 Ativos e passivos financeiros: As demonstrações financeiras foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS")...

2.4 Ativos financeiros: Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.5 Contas a receber de clientes: Recebíveis - Recolha de locação, Recebíveis - Estacionamento, Recebíveis - Outros serviços.

2.6 Despesas antecipadas: Despesas antecipadas (fora grupo).

2.7 Impostos e contribuições a recuperar: Imposto de renda e contribuição social - Resultado financeiro.

2.8 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção...

2.9 Intangível: Intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições do Distrito Anhembi e das áreas adjacentes.

2.10 Intangível: Software.

2.11 Provisões: Provisões a pagar por serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

2.12 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.13 Partes relacionadas: GL events Exhibitions S.A., GL events S.A. (Lion), GL events Live S.A., GL events Brasil Participações, GL events Centro de Convenções, GL events Imobiliária, SPE GL events C.C. Imigrantes, SPE GL events C.C. Salvador, SPE GL events C.C. Santos.

2.14 Adiantamento a fornecedores: Adiantamento a fornecedores (entrega futura).

2.15 Patrimônio líquido: Capital social, Reservas, Lucros e prejuízos acumulados.

2.16 Imposto de renda e contribuição social: Resultado financeiro.

2.17 Receitas financeiras: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.18 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.19 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.20 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.21 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.22 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.23 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.24 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.25 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.26 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.27 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.28 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.29 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

2.30 Receitas operacionais: Receita de depósitos bancários a vista, Aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023. Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023. Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023. Table with columns for Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Reserva de Lucros. Table with columns for Capital social, Reserva especial, Lucro líquido, Prejuízo acumulado, Total.

Em 31.12.2022, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2023, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Em 31.12.2024, a Empresa através da sua escrituração fiscal LARUIZ realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contendo suas atividades efetivas enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE).

Conab: preço da batata e da alface caiu em março

O preço da batata e da alface caiu em março, informou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo o 4º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado na quinta-feira (24), a redução média da batata nas Centrais de Abastecimento (Ceasas) foi de 5,34% para a batata. A alface teve queda mais acentuada, de 8,08%.

De acordo com a Conab, o preço da batata vem caindo desde dezembro, em razão da intensificação da chamada safra das águas. Os estados do Paraná e de Minas Gerais foram os que mais abasteceram os mercados. Os envios de Minas Gerais responderam por 32% do total comercializado, enquanto o Paraná participou com 31% da comercialização total. Em terceiro lugar apareceu a Bahia, com 15%; depois o Rio Grande do Sul com 12% e Santa Catarina com 6%.

A Conab destacou que, depois de um movimento de alta durante fevereiro, o preço da alface caiu especialmente nas centrais de abastecimento de São Paulo, com recuo de -14,32%; Belo Horizonte, de -21,89% e em Recife, onde a queda foi de -60,79%.

Em contrapartida, a Conab registrou aumento nos preços do tomate, da cenoura e da cebola. A cenoura subiu 3,26% em março na comparação com fevereiro; a cebola, 11,44% e o tomate, 41,29%.

Em relação à cebola a Conab disse que a alta pode ser explicada pela concentração de oferta no Sul do país nessa época. A alta da cenoura se deve ao fato de que a oferta em março foi um pouco superior em relação a fevereiro, de 5,8% acima. No que diz respeito ao tomate, a progressiva diminuição da oferta vem provocando a alta de preço.

“A proximidade do final da safra de verão provoca esse comportamento, com algumas áreas com escassez de tomate em ponto de colheita. A oferta em março foi 3,3% inferior à de fevereiro”, informou a Conab.

O boletim da Conab aponta certa estabilidade nos preços praticados no último mês nos mercados atacadistas analisados. Em março, o movimento preponderante de preços da banana, maçã e mamão foi de queda. A laranja e a melancia apresentaram leve alta nos preços, na média

No caso da banana, a oscilação foi ligeiramente negativa em 0,48%, devido a alta na oferta permanente tanto para a variedade nanica como para a prata. O mamão teve uma leve redução de 0,42%. Já a maçã apresentou uma queda maior, de -2,02% em março.

Para a melancia, o movimento analisado foi de oscilação tanto de preços quanto de comercialização, com as cotações permanecendo estáveis na média ponderada. Com isso, o preço permaneceu praticamente estável. Com variação de 0,01%.

“No início do mês, os valores praticados estiveram mais elevados por causa da menor oferta da fruta, com o encaminhamento do fim da safra gaúcha e a baixa colheita da segunda parte da safra na Bahia. Já na segunda quinzena de março, a produção aumentou em São Paulo, devendo se encerrar ainda em abril, já que a safreira é mais curta do que a produção em outras épocas do ano”, disse a Conab.

Já a laranja registrou leve alta de 0,14%. Segundo a Conab, ocorreu oscilação de preços e da comercialização nas Ceasas. Além disso, as frutas apresentaram uma qualidade menor, o que gerou uma demanda industrial menor.

“Consequentemente, os preços caíram para o setor industrial e sobram mais frutas para consumo no atacado e varejo. A demanda esteve aquecida na primeira quinzena, fato sem maiores impactos sobre preços em virtude da menor qualidade de muitas frutas. As exportações caíram devido à redução da oferta da fruta para moagem (entressafra), à menor qualidade, preços do suco em queda internacionalmente e à demanda estagnada”, diz o boletim.

Os dados estatísticos do boletim Prohort da Conab são levantados nas Centrais de Abastecimento nas Centrais de Abastecimento localizadas em São Paulo e Campinas (SP), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Curitiba (PR), São José (SC), Goiânia (GO), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Rio Branco (AC) (Agência Brasil).



NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Submetemos a apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. ("Companhia") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

O ano de 2024 foi marcado por mais um período de investimentos internos em função da mudança estratégica que já vem sendo implementada nesses últimos anos. O desenvolvimento de novos setores e o nosso foco no setor privado começaram a dar resultados mais expressivos nesse último ano. O volume de contratos conquistados em 2024 é várias vezes superior ao ano de 2023 e mesmo sem muita influência dos novos contratos, a receita bruta total atingiu R\$ 179,3 milhões, representando

um crescimento de 13,0% em relação à 2023. Como resultado de uma eficaz gestão de custos e do sucesso de nossas estratégias de otimização operacional, obtivemos a estabilidade nas margens de resultado. Além disso, houve significativo aumento da estrutura patrimonial decorrente de aporte dos acionistas.

No campo da internacionalização, a Núcleo Engenharia Consultiva - NECL Lda. vem fortalecendo sua prospecção no mercado europeu, com novas parcerias e acordos operacionais. A estratégia de diversificação geográfica e tecnológica posiciona a Companhia em um patamar competitivo diferenciado.

Mantivemos os mais elevados padrões de qualidade e governança bem como todas as nossas certificações, incluindo ISO 9001, 14.001, 45.001, 37.001, além das ISO 27.001 e 27.701, reforçando nosso compromisso com a segurança da informação e conformidade regulatória.

As perspectivas para o exercício de 2025 são muito positivas, com o início de novos contratos, consolidação de novos setores e uma base sólida para crescimento sustentável. O comprometimento da equipe e a determinação na busca de resultados são os principais alicerces dessa nossa trajetória.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros e colaboradores, reiterando nosso compromisso com a transparência, integridade, inovação e excelência operacional.

São Paulo, 17 de março de 2025.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido Circulante, Não circulante, Total do passivo e do patrimônio líquido. Includes sub-rows for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, etc.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table showing changes in equity components for 2024 and 2023, including Saldos em 31 de dezembro de 2022, Adiantamento para futuro aumento de capital social, Lucro líquido do exercício, etc.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com Sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações.

Table with columns for Caixa e equivalentes de caixa, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo e patrimônio líquido, Lucros/(Prejuízos) acumulados, Total. Includes sub-rows for Caixa, Bancos, Aplicações financeiras, etc.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3.1. Transações em moedas estrangeiras: A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Contrato de locação - Imóveis, Contrato de locação - Imobilizado, Total contratos de locação, etc.

3.2.2. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Table with columns for Descrição, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Instalações, Veículos, 2024, 2023. Includes sub-rows for Custo ou custo atribuído, Saldo em 1º de janeiro de 2023, etc.

3.2.3. Capital social: As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. 3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. 3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3.4. Redução ao valor recuperável (Impairment): 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3.4.2. Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. 3.5. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 3.6. Receita operacional: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. 3.8. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados por meio do resultado do exercício.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3.8. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. 3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

3.10. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. 3.11. Arrendamentos: Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. Os contratos de arrendamento se encontram apresentados na Nota Explicativa nº 7. 3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações: Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia, que possam na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Ativo circulante, Ativo não circulante, Retenções contratos de clientes (b), etc.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Receita operacional bruta, Despesas operacionais, Lucro antes do resultado financeiro, etc.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Resultado do exercício, Resultado abrangente do exercício.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Resultado líquido do exercício, Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Contrato de locação - Imóveis, Contrato de locação - Imobilizado, Total contratos de locação, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Contrato de locação - Imóveis, Contrato de locação - Imobilizado, Total contratos de locação, etc.

Table with columns for Descrição, 2024, 2023. Includes sub-rows for Contrato de locação - Imóveis, Contrato de locação - Imobilizado, Total contratos de locação, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Table with columns for Natureza, Taxa de juros, 2024, 2023. Includes sub-rows for Célula de crédito bancário - Banco ABC, Célula de crédito bancário - Banco Votter, etc.



## AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

### Instituição Financeira Depositária das Ações Escriturais - BANCO ITAÚ S.A.

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 1. MENSAGEM DA DIRETORIA

A Azevedo & Travassos S.A. ("Companhia" ou "ATSA") é uma holding de construção, serviços de engenharia e projetos de infraestrutura com presença em todo o território nacional. Fundada em 1922 pelos engenheiros Francisco Azevedo e Francisco Travassos, a Companhia sempre desempenhou um papel de protagonismo no mercado brasileiro de infraestrutura e construção, tendo sido pioneira em diversos projetos e áreas de atuação. A partir de dezembro/2019, a Companhia realizou um bem sucedido processo de "turn around", ao longo do qual a companhia conseguiu reestruturar seu passivo tributário, trabalhista e cível, ampliou sua atividade operacional, construiu um backlog sólido focado nos investimentos em infraestrutura financiados pelos setor privado, adquiriu a Heftos Oleo e Gás Construções S.A., dentre outros marcos operacionais de maior envergadura, que serão tratados em detalhes abaixo. Ao longo do exercício de 2022 e início de 2023 a Companhia preparou e iniciou a execução de seu planejamento estratégico para voltar a operar ativos de produção de petróleo, atividade que ensejou seu IPO na década de 1980 e que agora foi concluída com a cisão dessa atividade em novo IPO. Em AGE realizada em 18/10/2024 os acionistas da Companhia aprovaram a cisão da subsidiária Azevedo & Travassos Energia S/A (ATE), juntamente com suas subsidiárias AT & Phoenix, listando-as como uma única Companhia, [intende], dando a ATSA, no mercado de capitais brasileiro. Na mesma AGE foi aprovada a incorporação das empresas, MKS Soluções Integradas S.A. (MKS) por R\$ 675.547 mil e Congem Investimentos S.A. (Congem) por R\$ 75.453 mil, totalizando o valor de R\$ 751.000 mil. Essas transações de grande envergadura demonstram a postura pioneira dos dirigentes da Companhia, a fim de acompanhar os ciclos da economia do País, a qual exige um planejamento estratégico aliado intimamente a uma segurança do ciclo financeiro. Tudo o que foi construído só foi possível pelo esforço, a capacidade e o comprometimento de centenas de pessoas, que, imbuídas de espírito colaborativo e trabalhando em prol de um objetivo comum, são capazes de gerar riqueza para a sociedade. Por fim, estamos confiantes que o Grupo Azevedo & Travassos seguirá adiante rumo a um futuro promissor, superando desafios, incrementando novas áreas de operação e, nesse processo, gerando valor para a sociedade e para nossos acionistas e investidores. A criação de novas áreas de atuação está em pleno desenvolvimento, o que projeta um crescimento sustentável a ponto de possibilitar a tornar-se uma importante referência de atuação em todos os setores do mercado em que atua.

#### 2. HEFTOS OLEO E GAS S/A

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, onshore e offshore, o que inclui execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Processos Brownfield). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para adequação de refinarias e manutenção de plataformas de produção offshore. A Azevedo & Travassos S.A. concluiu o processo de integração da Heftos desde sua aquisição em dezembro de 2021. Desenvolveu novos processos e políticas corporativas, implantou integralmente o sistema ERP Protheus, que permitiu uma efetiva racionalização dos seus custos e uma uniformidade de Gestão, Planejamento e Execução Operacional compatível com as demais subsidiárias do Grupo. Após a conclusão do processo de integração da Heftos ao ambiente corporativo da Azevedo & Travassos S/A a Heftos retornou o crescimento de seu pipeline, que atualmente é de cerca de R\$ 12 bilhões. Além do crescimento orgânico do seu pipeline, a Heftos viu surgir excelente oportunidade de ampliação do seu portfólio com o recente anúncio da Petróbras sobre o início de seu programa de descomissionamento de plataformas de petróleo, cujo valor de investimento é previsto em cerca de US\$ 9,8 bilhões e o início dos processos de licitação para o término das instalações remanescentes da RNEST e do antigo COMPERJ, hoje denominado Polo de Boaventura, cujo valor de investimento para o conjunto destas oportunidades alcança o montante de R\$ 11 bilhões, onde a Heftos conseguiu sua pré qualificação para execução de grandes projetos EPC. A Heftos tem acompanhado de perto o desenvolvimento dessas oportunidades, internamente, por meio de melhoria de seus controles, fortalecimento de sua estrutura de capital e o reforço de seu quadro de colaboradores, e externamente, por meio da formalização de parcerias estratégicas com empresas de engenharia e prestadoras de serviços especializadas e fornecedores de equipamentos, visando a integração de soluções completas para a execução destes projetos.

#### 3. AZEVEDO E TRAVASSOS PETRÓLEO S/A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 22 de junho de 2023, decidiu incorporar a Azevedo & Travassos Petróleo S/A (ATP), subsidiária integral para exploração de óleo e gás no Brasil e no exterior. Reconhecida como a primeira empresa nacional de capital privado a obter sucesso na produção de óleo e gás natural no Brasil, a Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), deu início às suas atividades de pesquisa e exploração na década de 1980, por meio de contratos de risco com a Petróbras. Ao longo dos anos, a empresa assinou contratos de blocos exploratórios, investiu em poços pioneiros e descobriu outros campos terrestres de óleo e gás, conquistando reconhecimento técnico e comercial. Para facilitar esse projeto a ATSA realizou seu IPO em 1984. Desde 1984 até o ano 2000, ano em que ocorreu a venda dos ativos exploratórios, a ATSA produziu com êxito óleo e gás no nordeste do Brasil. Agora, com a incorporação da subsidiária, integral ATP (Azevedo & Travassos Petróleo S.A.), que conta com uma equipe técnica altamente qualificada e um valioso know-how na exploração e produção de óleo e gás, a Azevedo e Travassos S.A.

está pronta para aproveitar as novas oportunidades que se apresentam no mercado. A estratégia da Companhia abrange desde a consolidação de micro e pequenos operadores de campos maduros terrestres até a participação em licitações para produção e exploração em áreas onshore disponibilizadas pela ANP. Além disso, a Azevedo & Travassos S.A. está empenhada em explorar concessões em países de língua portuguesa, especialmente em nações africanas, onde acredita-se que existam grandes possibilidades de desenvolvimento no setor de óleo e gás. A Companhia enxerga essas oportunidades como um novo marco em sua história e acredita que sua vasta experiência, aliada aos recursos técnicos e financeiros disponíveis, a posiciona de forma única para se beneficiar desse mercado em expansão. Desde sua incorporação a Azevedo & Travassos Petróleo S/A iniciou estudos e análises de diversos ativos produtores de óleo e gás, tendo assinado memorandos de entendimento com os controladores dos referidos ativos de produção, visando a aquisição de campos de produção de petróleo, de participação acionária nas empresas controladoras dos referidos campos de produção, ou ainda na formalização de parcerias comerciais buscando o incremento de produção dos poços de petróleo. Em 17 de junho de 2024, a Azevedo & Travassos Petróleo S/A, assinou contrato de aquisição da totalidade das ações da Phoenix Óleo e Gás Natural Ltda, que possui contratos de concessão assinados com a ANP e que compreendem os seguintes blocos e campos ("Polo Periquito"): (i) Bloco Exploratório POT-1-565, (ii) Bloco Exploratório POT-T-610, (iii) Campo de Periquito, (iv) Campo de Periquito Norte, (v) Campo de Periquito Nordeste; (vi) Campo de Concriz, (vii) Campo de Rio do Carmo. A aquisição do Polo Periquito faz parte do plano da Companhia de retomada da exploração de óleo e gás. A ATP inclui o seu gestão na empresa Concessionária Phoenix em julho/24, prevendo um crescimento orgânico da produção dessas atividades para cerca de 1.000 boe/d em até 1 ano, após a conclusão exitosa dos investimentos previstos. Além disso, estima-se que o crescimento inorgânico da Companhia, por meio de realização de mais aquisições de ativos ou parcerias, deva ser o principal fator de incremento de faturamento da ATP para os próximos 24 meses.

#### 4. CENÁRIO ATUAL

Durante o ano de 2024 a Azevedo & Travassos S.A. repensou seu modelo de atuação dentro desse mercado e, aliado à incorporação das empresas MKS e Congem, logo renovou com sucesso o seu backlog, provando novamente a tese de crescimento de oportunidades de obras privadas e públicas de infraestrutura no país. No setor de Óleo e Gás (O&G) as diversas Companhias privadas com ativos no País estão demandando serviços de manutenção e ampliação de instalações de produção e transporte de óleo e gás. Situação similar está ocorrendo no setor de Construção Pesada, onde as Companhias estão realizando substanciais investimentos em suas Concessões nas áreas de estradas, mobilidade urbana, aeroportos, saneamento básico e mineração. Assim, A&T Infraestrutura e Heftos vêm apresentando propostas técnicas e comerciais para diversos empreendimentos atendendo as solicitações das principais empresas que atuam no Brasil nos setores citados. Nos últimos doze meses conseguimos ampliar nossos relacionamentos comerciais, aumentar significativamente o número de propostas de orçamento em elaboração ("Pipeline") e converter propostas deste ("Pipeline") em contratos firmes ("Backlogs").

#### 5. BACKLOG DO PIPELINE E RECEITA ANUAL

Atualmente estamos com contratos em pleno andamento junto a importantes empresas do setor de saneamento, aeroportos, mineração e óleo e gás. O pipeline atual é de aproximadamente R\$ 28 bilhões, enquanto o backlog no fim deste trimestre se encontra na faixa de R\$ 745 milhões.

#### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO – (31/12/2024)

**6.1. Receita:** A Receita Bruta Consolidada em 31 de dezembro 2024 atingiu o patamar de R\$ 165.118 mil. Em 31 de dezembro de 2023, o valor obtido foi de R\$ 474.939 mil. **6.2. Resultado:** O Resultado Consolidado em 31 de dezembro de 2024 correspondeu a um prejuízo de R\$ 266.491 mil, contra um prejuízo de R\$ 50.805 mil ocorrido no mesmo período em 2023. A Companhia reportou um prejuízo operacional de R\$ 17.983 mil na subsidiária AT & um prejuízo operacional de R\$ 42.229 mil na subsidiária Heftos. A subsidiária ATENERGIA reportou prejuízo operacional de R\$ 57.172 mil, sendo cetera que a mesma ainda não logrou retomar as atividades em todos os campos produtores de petróleo, o que está previsto para acontecer em meados de 2025. O prejuízo apurado no exercício de 2024 deu principalmente por conta do reconhecimento de perdas relativas a eventos não recorrentes, tais como: (a) perda com baixa de ativos imobilizados não operacionais durante a aquisição da Phoenix ATP no valor de R\$ 55.275 mil; (b) perdas com alienação de terrenos R\$ 10.758; (c) provisões e despesas com processos judiciais R\$ 70.623 e (d) inclusão e atualização do saldo de acordos trabalhistas R\$ 34.623. **6.3. Endividamento: a) Companhia:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um endividamento bancário de R\$ 58.928 mil com vencimentos diversos (contra R\$ 7.987 mil em 31 de dezembro de 2023). As despesas financeiras líquidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 alcançaram a cifra de R\$ 42.683 mil (R\$ 8.784 em 31 de dezembro de 2023). **b) Consolidado:** Em 31 de dezembro de 2024, no Consolidado, existem registrados endividamentos bancários no valor de R\$ 72.478 mil (R\$ 37.667 em 31 de dezembro de 2023). As despesas financeiras líquidas no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 alcançaram a cifra de R\$ 85.424 mil (R\$ 49.490 mil em 31 de dezembro de 2023). **6.4. Capital:** Em 31 de dezembro de 2024, a Capital Social da Companhia é de R\$ 651.194 mil (R\$ 565.442 mil em 31 de dezembro de 2023). **6.5. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizava R\$ 136.381 mil (R\$ 317.120 mil em 31 de dezembro de 2023).

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>294.516</b>	<b>(197.517)</b>	<b>96.999</b>
Aumento de capital social	270.926	-	270.926
Prejuízo do exercício	-	(50.805)	(50.805)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>565.442</b>	<b>(248.322)</b>	<b>317.120</b>
Aumento de capital social	85.752	-	85.752
Prejuízo do exercício	-	(266.491)	(266.491)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>651.194</b>	<b>(514.813)</b>	<b>136.381</b>

#### 7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O Saldo Patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

#### A) Ativos por Segmento

	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
<b>ATIVO</b>						
Ativo Circulante	263.982	280	176.891	24.828	(338.923)	126.058
Outros Ativos Não Circulantes	10.870	26.341	86.544	355.697	(276.009)	203.443
Investimentos	28.000	-	-	661.932	(661.932)	28.000
Imobilizado e Intangível	3.243	165.641	128.418	33.430	-	330.732
<b>Total do ativo</b>	<b>306.095</b>	<b>192.262</b>	<b>391.853</b>	<b>1.075.887</b>	<b>(1.277.864)</b>	<b>688.233</b>

#### B) Passivos por Segmento

	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
<b>PASSIVO</b>						
Passivo circulante	117.024	9.518	94.836	432.404	(338.926)	313.856
Passivo não circulante	24.535	28.110	125.355	336.008	(276.012)	237.996
Patrimônio Líquido	185.273	193.289	217.259	620.045	(812.994)	402.872
<b>Total do passivo</b>	<b>326.832</b>	<b>230.917</b>	<b>437.450</b>	<b>1.388.457</b>	<b>(1.428.932)</b>	<b>954.724</b>

#### C) Resultado por Segmento

	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
<b>RECEITA</b>						
Receita	141.986	2.198	7.478	156	-	151.818
Custo	(139.079)	(1.486)	(8.672)	(32)	-	(149.269)
Despesas gerais e administrativas	(15.184)	(3.496)	(31.900)	(33.803)	(3)	(84.386)
Amortização do intangível	-	(3.528)	(15.731)	(15.012)	-	(34.271)
Honorários dos Administradores	-	(26)	-	(2.953)	-	(3.239)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(5.709)	(50.838)	6.597	(95.205)	5	(145.150)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(151.064)	151.064	-
Resultado financeiro	(12.631)	(392)	(26.858)	(43.160)	-	(83.041)
Imposto de renda e contribuição social	9.880	18.913	23.489	28.503	1	80.786
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(20.737)</b>	<b>(38.655)</b>	<b>(45.597)</b>	<b>(312.570)</b>	<b>151.068</b>	<b>(266.491)</b>

#### A) Ativos por Segmento

	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
<b>ATIVO</b>						
Ativo Circulante	236.155	72	214.917	24.911	(319.419)	156.636
Outros Ativos Não Circulantes	3.881	380	55.628	247.640	(190.937)	116.582
Investimentos	69.410	-	-	630.493	(630.493)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.972	185.381	143.325	51.161	-	381.839
<b>Total do ativo</b>	<b>311.418</b>	<b>185.833</b>	<b>413.870</b>	<b>954.205</b>	<b>(1.140.849)</b>	<b>724.477</b>

#### B) Passivos por Segmento

	Infra-estrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
<b>PASSIVO</b>						
Passivo circulante	101.000	21	174.070	224.630	(181.706)	318.015
Passivo não circulante	26.632	185.806	13.943	183.816	(320.855)	89.342
Patrimônio Líquido	181.237	100	268.813	613.031	(695.256)	367.925
<b>Total do passivo</b>	<b>308.869</b>	<b>185.927</b>	<b>456.826</b>	<b>1.021.477</b>	<b>(1.197.817)</b>	<b>775.282</b>

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
<b>Receita de venda e serviços prestados, líquida</b>	26	156	176	151.818
<b>Custos na venda de produtos e serviços prestados</b>	(32)	-	(149.269)	(387.723)
<b>Lucro bruto do exercício</b>	<b>124</b>	<b>176</b>	<b>2.549</b>	<b>42.096</b>
<b>Receita (despesas) operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	(27)	(33.804)	(84.386)	(105.126)
Amortização do intangível	(27)	(15.012)	(15.012)	(34.271)
Honorários dos administradores	(27)	(2.953)	(3.041)	(2.978)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(27)	(95.205)	(7.625)	(145.150)
Equivalência patrimonial	13	(105.467)	(40.689)	-
<b>Lucro (Prejuízo) operacional</b>	<b>(252.317)</b>	<b>(99.472)</b>	<b>(264.236)</b>	<b>(90.183)</b>
Recargas financeiras	28	5	91	2.383
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(242.683)</b>	<b>(8.784)</b>	<b>(85.424)</b>	<b>(40.490)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(294.995)</b>	<b>(108.165)</b>	<b>(347.277)</b>	<b>(129.514)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	29	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	29	28.504	57.360	80.844
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>
Atribuído aos acionistas controladores	-	-	(266.491)	(50.805)
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-
<b>Lucro (Prejuízo) por ação - R\$</b>	<b>(1,35)</b>	<b>(0,30)</b>	<b>(1,35)</b>	<b>(0,30)</b>

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>	<b>(266.491)</b>	<b>(50.805)</b>
<b>Atribuído a</b>				
Acionistas controladores	-	-	(266.491)	(50.805)

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
<b>1- RECEITAS</b>				
1- Vendas de mercadorias, produtos e serviços	183	194	165.118	474.939
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
2.1- Custo de venda de produtos e serviços	(43.283)	(59.803)	(83.782)	(129.632)
2.2- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.942)	47.598	(196.753)	(93.093)
<b>3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>(110.042)</b>	<b>(122.005)</b>	<b>(280.535)</b>	<b>(222.727)</b>
<b>4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(16.305)</b>	<b>(12.011)</b>	<b>(115.417)</b>	<b>252.214</b>
<b>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)</b>	<b>(126.347)</b>	<b>(28,370)</b>	<b>(155.106)</b>	<b>215.254</b>
<b>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
6.1- Resultado de equivalência patrimonial	(105.467)	(40.689)	-	-
6.2- Recargas financeiras	5	91	2.383	1.159
6.3- Avaliação valor justo / desajuste	163	-	4.652	16.213
<b>7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>(231.646)</b>	<b>(68.968)</b>	<b>(148.071)</b>	<b>232.626</b>
<b>8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
8.1- Pessoal - salários e encargos	20.689	20.420	97.215	266.229
8.2- Impostos, taxas e contribuições	(20.293)	(56.340)	(47.332)	(23.568)
8.3- Remuneração de capitais de terceiros	34.449	17.757	68.539	40.709
8.4- Lucro (Prejuízo) do exercício	(266.491)	(50.805)	(266.492)	(50.805)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>(231.646)</b>	<b>(68.968)</b>	<b>(148.071)</b>	<b>232.626</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



## AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. - CNPJ nº 61.351.532/0001-68 - Companhia Aberta

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

...continuação		Data da Emissão	
Banco	Encargos	31/12/2023	31/12/2024
INFRAINVEST	Itau	26,68% a.a	25/06/2023
HFTOS	Santander	18,86% a.a	01/11/2023
HFTOS	Guanabara	23,58% a.a	20/01/2024
Phoenix	Bradesco	9,25% a.a	04/10/2021
Phoenix	Caixa	23,87% a.a	12/09/2023
Phoenix	Confiança	3,50% a.m	26/03/2024

Circulante		Não circulante	
31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
37.667	167.351	3.932	(813)
29.315	8.352		

**20. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO**  
Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2022		2023		2024	
31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
2.234	23.763	2.234	23.763		

**21. SALÁRIOS, PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS**  
Salários e quitações a pagar  
Provisão para férias e 13 salário  
Encargos sociais  
Acordos trabalhistas (i)  
Circulante  
Não circulante

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1.286	626	7.949	13.134
882	837	4.324	10.175
1.617	1.905	19.610	24.136
52.743	41.836	52.745	41.835
<b>56.528</b>	<b>45.204</b>	<b>84.628</b>	<b>89.280</b>
32.704	28.344	60.802	72.420
<b>23.824</b>	<b>16.860</b>	<b>23.826</b>	<b>16.860</b>

**22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – REFIIS E OUTROS IMPOSTOS**  
a. **REFIS Federal – Lei nº 9.964/2000 e demais débitos posteriores:** A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000, bem como os saldos remanescentes das transações excepcionais previdenciárias e demais débitos. Em 09 de junho de 2023, foi deferida a proposta de transação individual, da ATSA sendo conferidos na integralidade os benefícios de redução de 65% dos valores dos juros, multas e encargos legais, bem como a possibilidade de utilização do crédito de prejuízo fiscal do imposto de renda e de base de cálculo negativa do CSLL, para quitação de até 70% (setenta por cento) do saldo remanescente da dívida consolidada, conforme demonstrativo abaixo:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
14.612	14.612	14.612	14.612
36.951	36.951	36.951	36.951
<b>51.563</b>	<b>51.563</b>	<b>51.563</b>	<b>51.563</b>

**23. OUTRAS CONTAS A PAGAR**  
Seguros a pagar  
Partes relacionadas (i)  
UTC Engenharia S/A (ii)  
Acordos judiciais (iii)  
Adiantamento de clientes (iv)  
Concórdio  
Drake Engenharia (v)  
Superficiais a pagar (vi)  
Outras  
Circulante  
Não circulante

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
29	97	164	164
376.823	321.147	6.057	13.979
-	6.066	-	6.066
1.161	492	2.016	6.35
-	2.681	-	2.001
-	2.318	-	4.181
-	22.417	-	-
-	643	-	-
1.831	156	2.770	221
<b>379.844</b>	<b>327.861</b>	<b>38.999</b>	<b>27.247</b>
<b>202.514</b>	<b>182.353</b>	<b>12.318</b>	<b>7.202</b>
<b>177.330</b>	<b>145.508</b>	<b>26.681</b>	<b>20.045</b>

(i) Valor referente a mútuos financeiros com empresas investidoras e acionistas não controladoras (Nota nº 17)  
(ii) Valor referente a saldo a pagar pela aquisição da Heftos (earn-out).  
(iii) Acordos judiciais referentes a fornecedores.  
(iv) Refere-se a adiantamentos de clientes recebido principalmente pela ATIntra.  
(v) Saldo a pagar para Drake Engenharia, sendo R\$ 5.096 por gastos a serem reembolsados, R\$ 5.826 referente à parcela fixa e R\$ 11.495 referente à parcela variável (earn-out) da compra da Phoenix.  
(vi) Saldo a pagar para os superficiais aguardando a autorização do ANP.

A obrigação de pagamento complementar pela aquisição da Heftos (earn-out) é variável e condicionada ao atingimento de metas de faturamento da investida durante os exercícios de 2021 até 2025. A Companhia atualiza periodicamente o saldo dessa obrigação com base no faturamento realizado e estimado para Heftos.  
**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 651.194 divididos em 37.626.343 ações ordinárias e 130.259.128 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 197.585.471 ações. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 565.442 divididos em 57.401.345 ações ordinárias e 110.409.124 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 167.810.465 ações. **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Para 2024 nas classes de ações está prevista o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das S/A e do Estatuto Social. **Reserva legal:** Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das S/A e do Estatuto Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **Prejuízos acumulados:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 266.491, o qual foi destinado à conta de Prejuízos Acumulados. Desse modo, a conta de Prejuízos Acumulados, que em 31 de dezembro de 2023 apresentava o valor de R\$ 248.322, passou a apresentar o valor de R\$ 541.813 em 31 de dezembro de 2024.

**25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**  
A Companhia é parte em processos trabalhistas e civis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judiciais e administrativas. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível. Em 31 de dezembro de 2024 está provisionado na Controladora o montante de R\$ 17.148 (R\$ 2.781 em 31 de dezembro de 2023), e no consolidado R\$ 23.696 (R\$ 6.416 em 31 de dezembro de 2023), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
533	533	3.513	3.513
323	323	323	323
16.292	1.925	19.960	2.590
<b>17.148</b>	<b>2.781</b>	<b>23.696</b>	<b>6.416</b>

Causas Trabalhistas  
Causas tributárias  
Causas Cíveis  
Administrativas

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
13.856	-	13.856	-
2.213	-	2.213	-
4.223	-	4.223	-
-	-	-	-
<b>20.292</b>	<b>44.820</b>	<b>20.292</b>	<b>44.820</b>

O Grupo possui processos de natureza cível, que se referem principalmente a questões indenizatórias, repressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos.  
**26. RECEITA DE VENDA E SERVIÇOS PRESTADOS, LÍQUIDA**

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
184	194	165.118	474.938
184	194	165.118	474.938

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
28	18	13.300	45.120
<b>(28)</b>	<b>(18)</b>	<b>(13.300)</b>	<b>(45.120)</b>
156	176	151.818	429.819

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
29	97	164	164
376.823	321.147	6.057	13.979
-	6.066	-	6.066
1.161	492	2.016	6.35
-	2.681	-	2.001
-	2.318	-	4.181
-	22.417	-	-
-	643	-	-
1.831	156	2.770	221
<b>379.844</b>	<b>327.861</b>	<b>38.999</b>	<b>27.247</b>
<b>202.514</b>	<b>182.353</b>	<b>12.318</b>	<b>7.202</b>
<b>177.330</b>	<b>145.508</b>	<b>26.681</b>	<b>20.045</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a controladora e suas controladasapuram perdas líquidas, relacionadas com eventos não reconhecidos, registrados no grupo de outras receitas e despesas no montante de R\$ 145.150. As principais perdas não reconhecidas registradas no resultado consolidado são: perdas com imobilizado R\$ 66.033, royalties e despesas com processos judiciais R\$ 70.623, inclusão e atualização do saldo de acordos trabalhistas R\$ 34.623.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
-	-	2.257	-
1	77	2	759
-	1	14	1
4	13	110	399
<b>5</b>	<b>91</b>	<b>2.383</b>	<b>1.159</b>

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(793)	(482)	(1.242)	(1.670)
(1)	-	(711)	(885)
(2)	-	(113)	-
(41.887)	(8.302)	(83.358)	(37.335)
<b>(42.683)</b>	<b>(8.784)</b>	<b>(85.424)</b>	<b>(40.490)</b>
<b>(42.678)</b>	<b>(8.693)</b>	<b>(83.041)</b>	<b>(39.331)</b>

**28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**  
**Receitas financeiras**  
Outras receitas financeiras  
Descontos obtidos  
Juros ativos  
Rendimentos aplicações financeiras  
**Despesas financeiras**  
Outras despesas financeiras  
Descontos concedidos  
Pis/Confins receita financeira  
Juros e multas  
**Receta / despesa líquida**

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(294.995)	(108.165)	(347.277)	(129.514)
34%	34%	34%	34%
<b>100.298</b>	<b>36.776</b>	<b>118.074</b>	<b>44.035</b>

**29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**  
A conciliação da despesa de imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(294.995)	(108.165)	(347.277)	(129.514)
34%	34%	34%	34%
<b>100.298</b>	<b>36.776</b>	<b>118.074</b>	<b>44.035</b>



**ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A.**

CNPJ nº 24.870.961/0001-15

**Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: www.etbenergia.com.br, https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2024 e 2023. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Balço Patrimonial**

31 de dezembro de 2024 e 2023

		Nota 31/12/2024		31/12/2023		(Em milhares de reais)	
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>		<b>308.535</b>	<b>270.923</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	40	67				
Investimentos de curto prazo	5	111.872	88.920				
Concessionárias e permissionárias	6	25.582	19.221				
Impostos a recuperar		5.276	3.929				
Adiantamento a fornecedores		1.060	1.290				
Ativo contratual da concessão	7	164.155	157.250				
Outros ativos		550	246				
<b>Não Circulante</b>		<b>1.556.424</b>	<b>1.501.793</b>				
Concessionárias e permissionárias	6	4.742	1.240				
Ativo contratual da concessão	7	1.518.843	1.468.417				
Depósitos judiciais		1.120	167				
Outros ativos		31.115	31.115				
Direito de uso sobre arrendamento		604	854				
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.864.959</b>	<b>1.772.716</b>				
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>		<b>196.687</b>	<b>149.220</b>				
Salários, férias e encargos sociais		1.988	2.374				
Fornecedores		4.951	6.755				
Debitores	8	115.415	91.758				
Tributos e contribuições sociais a recolher		8.095	5.925				
Provisões pré-operacionais	9	1.073	1.590				
Arrendamentos a pagar	14.c	280	257				
Adiantamento de clientes		10.470	3.874				
Dividendos a pagar	14.b	33.944	17.235				
Contribuições diferidas	10	15.184	14.546				
Outros passivos		5.287	4.906				
<b>Não Circulante</b>		<b>1.216.197</b>	<b>1.233.399</b>				
Debitores	8	808.358	861.580				
Provisões pré-operacionais	9	27.839	28.874				
Arrendamentos a pagar	14.c	442	722				
Contribuições diferidas	10	140.493	135.829				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	236.511	204.179				
Provisão para contingências	12	81	445				
Outros passivos		2.473	1.770				
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>452.075</b>	<b>390.097</b>				
Capital social	13.a	100.244	100.244				
Reservas de lucros	13.b	351.831	289.853				
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.864.959</b>	<b>1.772.716</b>				

**Demonstrações do Resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Nota 31/12/2024		31/12/2023		(Em milhares de reais)	
Receita de operação e manutenção		29.283	28.673				
Remuneração ativo contratual da concessão		201.770	193.734				
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>15</b>	<b>231.053</b>	<b>222.407</b>				
<b>Custos Operacionais</b>							
Custo de infraestrutura		308	(3.181)				
Custo dos serviços prestados	16	(10.506)	(10.750)				
<b>Lucro Bruto</b>		<b>220.855</b>	<b>208.476</b>				
<b>Despesas Operacionais</b>							
Administrativas e gerais		(1.083)	(1.243)				
Pessoal		(1.659)	(1.695)				
Honorários da diretoria e conselho de administração		(485)	(570)				
Outras receitas		-	32				
		<b>(3.227)</b>	<b>(3.476)</b>				
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>		<b>217.628</b>	<b>205.000</b>				
Despesas financeiras	17	(111.241)	(109.473)				
Receitas financeiras	17	8.710	5.740				
		<b>(102.531)</b>	<b>(103.733)</b>				
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>115.097</b>	<b>101.267</b>				
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.579)	(658)				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 18	(32.332)	(29.864)				
		<b>(33.911)</b>	<b>(30.522)</b>				
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>81.186</b>	<b>70.745</b>				

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Nota 31/12/2024		31/12/2023		(Em milhares de reais)	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				115.097	101.267		
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>							
Depreciação e amortização	16	250	252				
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	17	96.434	94.126				
Outras variações monetárias		-	39				
Receita de aplicações financeiras		(8.763)	(5.618)				
Descontos financeiros obtidos	17	-	(2)				
Contribuições diferidas		5.302	5.062				
Reversão de contingências		(364)	359				
		<b>207.956</b>	<b>195.485</b>				
<b>Aumento no ativo</b>							
Concessionárias e permissionárias		(9.863)	(14.867)				
Impostos a recuperar		(1.347)	659				
Ativo contratual da concessão		(57.331)	(54.718)				
Adiantamento a fornecedores		230	(22)				
Outros ativos		(1.257)	(64)				
		<b>(69.568)</b>	<b>(69.012)</b>				
<b>Aumento no passivo</b>							
Fornecedores		(1.804)	288				
Salários, férias e encargos sociais		(386)	211				
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.942	156				
Provisões pré-operacionais		(1.552)	(3.176)				
Adiantamento de clientes		6.596	2.422				
Outros passivos		524	3.992				
		<b>5.320</b>	<b>3.893</b>				
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(1.351)	(617)				
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>142.357</b>	<b>129.749</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>							
Resgates de investimento de curto prazo		163.571	99.286				
Aplicações em investimento de curto prazo		(177.760)	(162.923)				
Variações do imobilizado		-	320				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(14.189)</b>	<b>(63.317)</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>							
Pagamento de dividendos	14.b	(2.500)	(17.583)				
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(333)	(333)				
Amortização e pagamento de juros de debêntures	8.c	(125.362)	(48.498)				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(128.195)</b>	<b>(66.414)</b>				
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(27)</b>	<b>18</b>				
<b>Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>							
Saldo no início do exercício		67	49				
Saldo no final do exercício		40	67				
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(27)</b>	<b>18</b>				

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		Reservas de lucros						(Em milhares de reais)	
		Reserva de incentivos		Reserva de lucros		Lucros acumulados		Total	
Descrição		Capital social	Reserva legal	fiscais	a realizar	de lucros	acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		100.244	20.048	1.868	229.428	-	-	351.588	
Dividendos adicionais conforme AGOE de 28/04/2023		-	-	-	(15.001)	-	-	(15.001)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	70.745	70.745	
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(17.235)	(17.235)	
Reserva de Incentivo Fiscal		-	-	1.804	-	-	(1.804)	-	
Reservas de lucros		-	-	-	-	12.199	(12.199)	-	
Reservas de lucros a realizar		-	-	-	-	39.507	(39.507)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		100.244	20.048	3.672	253.934	12.199	-	390.097	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	81.186	81.186	
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(19.208)	(19.208)	
Reserva de Incentivo Fiscal		-	-	4.352	-	-	(4.352)	-	
Reservas de lucros		-	-	-	-	14.749	(14.749)	-	
Reservas de lucros a realizar		-	-	-	-	42.877	(42.877)	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		100.244	20.048	8.024	296.811	26.948	-	452.075	

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia" ou "ETB"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 15º andar, conjunto 151, Sala U, Vila Olímpia - São Paulo - SP, foi constituída em 24 de maio de 2016 e tem como propósito específico planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., que detém 65% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 35% das ações ordinárias. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
01/21016	30	2046	RS 204.102	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2024-2025, conforme resolução homologatória nº 3.348. Em 24 de julho de 2024 a Companhia obteve autorização para início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Juazeiro III - Ouralândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, a partir de 16 de outubro. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2025. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contrato de concessão:** Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos,

observando as margens de construção. Após a entrada em operação







# Avanços legais ainda contrastam com exploração do trabalho doméstico

A evolução da legislação em contraste com a realidade de exploração das trabalhadoras domésticas no Brasil é um dos principais desafios de gestores públicos e também de quem atua para impedir violações de direitos dessa categoria profissional. Essa é a avaliação da auditora fiscal do trabalho Carla Galvão de Souza, coordenadora Nacional de Fiscalização do Trabalho Doméstico e de Cuidados, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Souza participou, na última quarta-feira (23), do lançamento da Campanha Nacional pelo Trabalho Doméstico Decente, no Recife. A iniciativa do governo federal, liderada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi realizada às vésperas do dia dessas profissionais, celebrado no próximo domingo, 27 de abril. Apesar da data, a campanha

é permanente. Ao longo de todo o ano, auditores-fiscais, por exemplo, distribuem, durante suas fiscalizações, cartazes informativos sobre direitos trabalhistas para condomínios residenciais e elevadores, bem como cartilhas para trabalhadoras e empregadores domésticos.

A auditora Carla Galvão de Souza explicou que a campanha busca mobilizar e sensibilizar a sociedade, promover diálogo com entidades de empregadores e da categoria, e também ampliar a fiscalização para averiguar se há cumprimento das obrigações trabalhistas que estão na Lei Complementar 150 e na Constituição Federal.

Carla Galvão de Souza ressaltou que há avanços a celebrar, principalmente em relação à valorização cada vez maior dos direitos para essa categoria. Ela também destaca que a divulgação desses

direitos tem sido expressiva na repercussão de casos de resgates de pessoas em situação análoga à escravidão.

A auditora recordou que, em 1º de maio de 2024, houve a publicação da Lei 12.009, em prol do trabalho doméstico decente. “Foi um grande ganho dos últimos anos. O nosso desafio agora é realmente colocá-la em prática. Ainda hoje nós temos direitos que não são iguais para as trabalhadoras domésticas”, afirmou.

## Caminho de direitos

Um exemplo é o seguro-desemprego para trabalhadoras domésticas, restrito a três parcelas % ou outros trabalhadores recebem durante cinco meses. Outro problema, pontua a auditora, é que há ainda pessoas ganhando menos de um salário-mínimo.

“A última Pnad aponta que, em algumas regiões do país, se

ganha menos do que um salário-mínimo. Isso é uma problemática grande que a gente tem que enfrentar”.

Em 2022, por exemplo, o rendimento médio mensal de todas as trabalhadoras domésticas foi de R\$1.018, abaixo do salário-mínimo que era de R\$ 1.212. Além disso, as trabalhadoras brancas receberam em média R\$ 1.145, enquanto as trabalhadoras negras receberam R\$ 955.

## Jornadas

Algo que tem sido observado pelos auditores é a falta de controle das jornadas, o que incluem os casos, por exemplo, de pessoas que dormem na casa do patrão, sem que haja um fim do expediente.

“Isso inviabiliza que trabalhadoras tenham o seu direito de horas extras, de adicional noturno, de folga nos feriados”.

A auditora fiscal do trabalho

lembra que a garantia de direitos da categoria teve um baque durante a pandemia, com diminuição no número de trabalhadoras registradas, e que o cenário não se reverteu.

“Nós continuamos ainda com um número muito alto de pessoas tidas como diaristas”, lamenta.

A auditora explica que há 5,8 milhões de trabalhadores domésticos no país, e que as mulheres são 90%. “A maioria são mulheres pretas ou pardas. E estão na faixa etária entre 40 e 60 anos”.

## Sem registros

A falta de registros dos trabalhadores domésticos é a principal preocupação dos fiscais, segundo a coordenadora Nacional de Fiscalização do Trabalho Doméstico e de Cuidados.

“A categoria do trabalhador doméstico é uma categoria que ainda tem altos índices de infor-

malidade, cerca de 60%”, descreve. “Muitos empregadores acabam pagando por fora o valor de um dia trabalhado, ou um feriado trabalhado extra. Por isso, não há o pagamento na folha de pagamento no e-social de forma correta. Outros desrespeitos são aos direitos ao 13º salário e às férias remuneradas”.

Ela critica ainda que há uma visão dos empregadores sobre quem presta serviço doméstico de que há servidão, sem que sejam reconhecidos o conhecimento prévio e a profissionalização.

“Essa falta de reconhecimento, de valorização do trabalho e do nível de profissionalização que é exigido, é o que mais me impressiona. É como se as pessoas trabalhadoras fossem vistas como substituíveis a qualquer tempo e como se esse saber fosse descartável”. (Agência Brasil)

## Câmara decide adiar debate sobre urgência do PL da Anistia

A maioria dos líderes partidários da Câmara dos Deputados decidiu adiar a votação da urgência do projeto de lei (PL) que concede anistia a condenados por tentativa de golpe de Estado no Brasil que culminou com o 8 de janeiro de 2023.

Após reunião com o colégio de líderes na quinta-feira (24), o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que o debate do tema será adiado em busca de um acordo entre todos os atores.

“Líderes partidários, que representam mais de 400 parlamentares na Casa, decidiram que o tema não deveria entrar na pauta da próxima semana. Isso não está dizendo que nós não seguiremos dialogando para a busca de uma solução para o tema. Nós seguiremos conversando para que a Casa possa encontrar uma saída”, afirmou Motta à imprensa.

Na semana passada, a oposição conseguiu assinaturas de 264 deputados para pautar a urgência do tema, esperando que, com isso, pudessem colocar o PL da Anistia em votação.

Motta lembrou que a definição da pauta de votações no plenário é prerrogativa do presidente da Câmara e que seguirá dialogando com os líderes para chegar a um acordo. Além disso, falou enxergar uma “luz no fim do túnel” para resolver essa questão.

“Os partidos que defenderam o adiamento da pauta e os partidos que são, convictamente, contra a pauta também se dispuseram a dialogar. Há aqui uma sinalização de que o diálogo pode, ao final, nos fazer avançar para uma solução”, acrescentou.

Motta ainda disse que ninguém está concordando “com penas exageradas que algumas

pessoas receberam” e que “há um sentimento de convergência de que algo precisa ser feito”.

“Essa é, sim, uma pauta sensível a todos nós, e nós vamos seguir dialogando, conduzindo esse debate da maneira mais profunda possível para que uma solução possa ser dada”, completou o presidente da Câmara.

## Obstrução

Partidos da oposição que pressionam para o tema ser analisado o mais rapidamente possível prometem obstruir os trabalhos da Casa enquanto a urgência não for apreciada.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), disse que os líderes exigiram ver o texto do projeto que será votado para decidir se pautam a matéria. “O texto só pode ser apresentado quando o relator do plenário for nomeado”, justificou Sóstenes.

Segundo Sóstenes, o PL está disposto a negociar um novo texto para apresentar ao relator que for escolhido. “Já temos o esboço de uma proposta sintética, precisa, para contemplar somente o dia 8 de janeiro e corrigir as penas das pessoas que deprecaram patrimônio público e que tenham imagens comprovadas”, informou.

A nova proposta, em tese, difere da apresentada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) no ano passado pelo relator Rodrigo Valadares (União-SE). O texto dizia que o projeto concede anistia “a todos os que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do território nacional do dia 30 de outubro de 2022 ao dia de entrada em vigor dessa lei, nas condições que especifica”.

Apesar de lamentar a decisão de não pautar logo a urgência do

projeto, Sóstenes comemorou “avanços”.

“É bonito ver até os líderes da esquerda dizerem que a dosimetria que o STF jogou para essas pessoas está errada e precisa ser revista. Isto é unânime. Já é a primeira grande vitória da anistia”, completou. A dosimetria é o processo que define a penalidade de cada condenado.

Sóstenes Cavalcante disse que os parlamentares só não vão obstruir a sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que deve analisar, na próxima semana, o recurso do deputado Glauber Braga contra a cassação de seu mandato.

O líder do PL disse que foi feito um acordo com partidos do chamado centrão para que não obstruíssem a análise do processo de Glauber na CCJ. “Tirando esse assunto, em todos os demais, nós estaremos em obstru-

ção”, completou.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que o PL na Anistia não é prioridade e que a Casa deve iniciar, na próxima semana, a tramitação do projeto de lei que concede isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, além da instalar a comissão especial para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.

“Eventuais injustiças na chamada dosimetria das penas precisam ser, evidentemente, consideradas por nós. Mas vários de nós falamos que não é possível anistiar os generais, quem planejou, quem organizou, quem manipulou pessoas inocentes com a tentativa de golpe. Não pode. Não tem anistia para quem comete crime contra a democracia”, afirmou Guimarães. (Agência Brasil)

## Lula sanciona leis para proteção de direitos das mulheres

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quinta-feira (24), três projetos de lei sobre

o combate à violência e proteção de direitos das mulheres, como no uso de imagens de in-

teligência artificial e na concessão de bolsas acadêmicas. Em reunião fechada, no Palácio do Planalto, Lula afirmou que as mulheres brasileiras, aos poucos, estão ganhando proteção contra qualquer tipo de violência.

“Nem sempre a violência contra a mulher é aquela que aparece na carne. Muitas vezes, a alma, a questão psicológica é muito mais profunda do que qualquer outra coisa”, disse. “A luta não é uma luta das mulheres, é uma luta dos seres humanos civilizados que compreendem a diversidade das pessoas, que compreendem as diferenças entre as pessoas e que aprende a conviver com elas tentando

elaborar uma política de respeito entre as pessoas”, acrescentou o presidente.

O primeiro texto sancionado foi o Projeto de Lei (PL) nº 370/2024, sobre violência psicológica com uso de inteligência artificial. A autora, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), explicou que a violência acontece quando há o uso da voz ou imagens das mulheres feitas por inteligência artificial. O texto modifica o Código Penal, qualificando a pena para crimes dessa natureza.

“Segundo a ONU, aumentou em 96% o deep fake pornográfico, 900% de aumento das deep fakes de violência, e a mulher é maioria de vítimas nisso. Então,

são agressões que mexem com a dignidade, com a reputação, com a autoestima, são, muitas vezes, deep fakes que humilham essas mulheres e que geram para elas situações incorrigíveis, muitas vezes, por um longo tempo”, disse Jandira Feghali, defendendo uma regulação ampla do uso da inteligência artificial.

Já o PL nº 475/2024, da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), proíbe a discriminação de mulheres na concessão de bolsas acadêmicas. Segundo a parlamentar, um estudo mostrou que as mulheres, quando engravidam, têm dificuldade de permanecer e de reingressar no ambiente acadêmico e de acesso às bolsas de estudo. “Nós en-

tendemos que era preciso uma política, uma lei que garantisse que a gestação não fosse usada como uma punição para dificultar a permanência, mas quando não a permanência, dificultar o acesso dessas mulheres na vida acadêmica”, explicou Erika Hilton.

Por fim, Lula sancionou o PL nº 5.427/2023, do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), que institui monitoramento de agressores de mulheres por meio de tornozeleiras eletrônicas. Segundo a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a nova lei faz com que o Estado brasileiro assumira a responsabilidade na prevenção aos feminicídios. (Agência Brasil)

### Entidades repudiam publicação de vídeo da intimação de Bolsonaro

O Sindicato Nacional dos Oficiais de Justiça Federais (Sindojaf) e a Associação Nacional União dos Oficiais de Justiça do Brasil (UniOficiais/BR) repudiaram na quinta-feira (24) a divulgação de imagens da oficial responsável pela intimação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na quarta-feira (23), Bolsonaro foi intimado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o processo criminal a que deverá responder sobre a trama golpista. A intimação ocorreu, às 12h47, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, onde ele se recupera de uma cirurgia no intestino.

Horas depois, Bolsonaro publicou nas redes sociais um vídeo do momento em que recebeu a oficial de Justiça. Durante 11 minutos, o ex-presidente questiona a servidora sobre a intimação dentro da UTI. Ao ser informado de que a medida foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, voltou a reclamar da atuação do ministro nas investigações.

Em nota conjunta, as entidades declararam que a servidora estava cumprindo sua função. “Repudiando de forma veemente a filmagem indevida e não autorizada e a divulgação

sensacionalista e não consentida da atuação da oficial de Justiça, conduzida que não apenas viola sua intimidade e honra funcional, como também busca distorcer os fatos e comprometer sua imagem perante a sociedade”, declararam as entidades.

No dia 11 deste mês, Alexandre de Moraes determinou a intimação de todos os denunciados do Núcleo I da trama golpista que viraram réus após o julgamento da Primeira Turma da Corte que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A medida é uma formalidade prevista na legislação para comunicar pessoalmente os réus sobre a abertura da ação penal e permite o início da instrução penal, fase na qual a defesa pode indicar as testemunhas e pedir novas provas, por exemplo.

As intimações foram concluídas entre os dias 11 e 15 de abril, exceto no caso de Bolsonaro, que passou mal no dia 12 e foi submetido a uma cirurgia nos dias seguintes.

Diante do estado de saúde do ex-presidente, o STF esperava Bolsonaro apresentar melhoras para intimá-lo. Contudo, o ex-presidente realizou uma live na terça-feira (22) direto da UTI, e o ministro determinou que a oficial de Justiça fosse ao hospital. (Agência Brasil)

## RS repassa verbas diretamente a municípios para contenção de cheias

O governo do Rio Grande do Sul anunciou na quinta-feira (24) o programa Fundo da Fundo da Reconstrução, que pretende passar recursos diretamente aos municípios para financiar ações de restabelecimento e recuperação de sistemas de proteção e contenção de cheias.

Segundo o governador do estado, Eduardo Leite, o foco é para sistemas de proteção contra enchentes que já existem e precisam ser recuperados.

“Estamos estimando pelo menos R\$ 1 bilhão que o estado vai aportar aos municípios para restabelecer seus sistemas de proteção”, disse Leite, em coletiva à imprensa sobre as ações do governo após um ano das enchentes que afetaram o estado.

Os repasses serão feitos di-

retamente do fundo de reconstrução do estado para os municípios e o prazo de prestação de contas é de 60 dias após conclusão do objeto. A fiscalização do uso dos recursos será feita pelo Tribunal de Contas do Estado.

“Se na prestação de contas não conseguir demonstrar a adequada aplicação dos recursos, existem as punições previstas na lei, inclusive a devolução do recurso para o estado”, explica Leite.

O governo do estado informou que já investiu, desde o início da enchente, R\$ 6,9 bilhões, distribuídos em diversas frentes de atuação.

As ações incluem apoio emergencial às famílias que perderam tudo nas enchentes, com distribuição de alimentos, água potável e itens de higiene, além da recons-

trução de infraestruturas essenciais severamente danificadas, como rodovias, pontes e sistemas de abastecimento de água e energia.

O vice-governador do estado, Gabriel Souza, informou que o governo pretende levar no próximo mês as famílias que ainda estão em centros humanitários de acolhimento em Porto Alegre e Canoas para casas temporárias que estão sendo construídas pelo governo do estado.

“Cada família vai receber uma unidade e elas ficarão estabelecidas ali até receberem suas casas definitivas por parte do governo federal”, disse Souza, que também é presidente do Conselho do Plano Rio Grande.

As casas quadradas têm 27 metros quadrados, e são compostas por sala e cozinha conjuga-

das, dormitório e banheiro, além do mobiliário e eletrodomésticos.

Leite disse que o governo trabalha em duas frentes para amenizar os impactos de futuras enchentes:

Utilização de sistemas de alertas mais precisos como radares e estações meteorológicas para oferecer melhores dados aos municípios

Estruturas de defesa civil mais robustas e reforçadas para poder acessar pessoas em áreas de risco com mais facilidade

Segundo ele, o governo já trabalha com um novo radar meteorológico e deve instalar novos radares nos próximos dias.

“Isso nos dá condição de fazer uma análise muito mais precisa das condições climáticas com algumas horas de antecedência”, explica. (Agência Brasil)